



Alimentação da Escola

Emílio Peres⁽¹⁾

1. É hoje conhecimento adquirido que a alimentação é o factor ambiente com maior responsabilidade na qualidade e duração da vida.

Em consequência e consonância, o estado nutricional de uma população escolar relaciona-se estreitamente com o êxito da Escola. E se é verdade que faltam em Portugal estudos capazes de nos darem uma visão clara da relação entre alimentação e êxito escolar, não faltam informações, estudos restritos e dados avulsos, que confirmam, no geral e em âmbito qualitativo, aquilo que conhecemos em profundidade de países onde as questões sanitárias relacionadas com níveis nutricionais são objecto de estudo sistemático.

Acreditamos que em anos não muito distantes a situação portuguesa venha a dispensar à Escola a atenção que ela merece para colmatar todas as suas dificuldades actuais e, nomeadamente, para encarar de frente o binómio alimentação e êxito escolar, tão arredado do nosso saber e das nossas preocupações de momento.

2. Não importa, no âmbito deste texto, a questão magna que é a correlação entre saúde e alimentação. Não temos espaço para analisar todas as recomendações sobre alimentação de adultos que a F.A.O. tem publicado nos seus manuais; mas recomendamos ao leitor interessado alguns volumes da série "Estudos sobre Nutrição".

Vejamos de imediato qual é, no geral, a atitude da Escola portuguesa quanto ao modo como se alimentam os seus alunos.

A atitude oficial é clara: qualquer despera com forneci-

mento de alimentos é mal vista e deve ser reduzida.

Em conformidade, a nível da escola primária, a herança da merenda, reduzida agora a 2 dl de leite por criança, limita-se àquela que o tomam, sem cuidar de como importante seria que todas o tomassem. E, para o ano, o ano está feito: o leite suscitado às crianças sem rendimento (para agravar mais o seu estado nutricional e piorar a sua falta de rendimento?). A nível dos outros graus de ensino, o subsídio por refeição servida em cantinas quanto cobre da despesa inflacionada com alimentos e energia? Em consequência, o valor nutritivo da refeição está a baixar. Paralelamente reduz-se em termos absolutos e relativos o número de alunos a receberem comida subsidiada.

A conclusão é clara: a capacidade e bem-estar do aluno, ou seja, a saúde do objecto do ensino, não interessa ao Governo. O Governo não faz contas a quanto lhe custa e ao geral da sociedade portuguesa o insucesso escolar.

A atitude do género dos professores e funcionários das escolas também é clara: a alimentação dos seus alunos não lhes diz respeito. Se comem mal o problema é dos seus maus hábitos alimentares e dos vícios acentuados pela família (a Escola não tem nada a ver com educação alimentar?). Se a comida da cantina não presta, o defeito é de todas as cantinas e o responsável é um sujeito anónimo que se situa entre o secretário do Conselho Directivo, passa pelo economo da escola (o que é isto de economo?) e termina na cozinheira embora talvez a culpa não seja de nenhum deles, mas sim do... "E' I.A.S.E., N.A.S.E., A.S.E. ou Ministério?". Se o bufete só serve alimentos-lixo, isso passa-se num outro mundo, distante da sala dos professores onde se toma o cafezinho em paz.

A conclusão é clara: o professor desempenha o papel da alimentação no êxito escolar, o papel da Escola na educação,

alimentar dos alunos, o papel da Escola, como instituição e como criador de alunos, professores e funcionários, na educação alimentar da comunidade em que está inserida. Também nesta matéria a Escola portuguesa divorcia-se do real quotidiano e comum.

3. Podemos inferir a conclusão final de que a Escola não se interessa pelo problema alimentar e pelas suas implicações? Seria um exagero. De facto, não é pequeno o número de professores e de funcionários que compreendem a importância do problema e que por ele se interessam. Mas é evidente que isolados, muitas vezes mal compreendidos, algumas vezes marginalizados, não são capazes de modificar a realidade nem estão preparados para a transformarem. Só têm uma saída: o acto ou conjunto de actos sensibilizantes; daí as sessões sobre variados temas alimentares e nutricionais, as semanas da alimentação, a animação de grupos de alunos sobre o tema. Estas ilhas de arquipélago emergem do mar que as volta a trazer. No fundo, fica a consciência a doer porque, de facto, toda a gente sabe como o nível nutricional de uma população marca o seu bem-estar e toda a gente percebe que sensibilização não é formação, que campanha não é programa e que dizer uma vez não é ensinar. Acções efémeras não resultam. Mas que não esmoreçam os que as realizam porque são indispensáveis luzes na escuridão até que marque o dia claro por que ansiamos. A todos estes lutadores dedicamos um artigo que será publicado num dos próximos números de "O Professor".

4. Recordemos que até Abril de 1982 se desenvolveu em Portugal uma Campanha de Educação Alimentar, conhecida pela legenda "Saber Comer é Saber Viver", responsável pela univocidade das mensagens educativas no campo alimentar a vários níveis de acção do Estado: todos os graus

de ensino, serviços de saúde, serviços de extensão rural, meios de comunicação social e entidades privadas cooperantes: associações de vários índole, cooperativas, etc.

A Campanha devia, em função da sua própria experiência e estruturação, transformar-se progressivamente num Programa Nacional de Educação Alimentar.

Na verdade, a Campanha não foi extinta; só que a sua direcção passou da entidade oficial, que até então a dirigia com êxito crescente para uma outra, o Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição, o qual, desde Abril de 1982 até agora nada fez. Essa transferência foi legislada pelos vários ministérios tutelares, nomeadamente pelo da Educação.

Em consequência, é perfeitamente lícito às escolas que o desejem, e aos professores que se interessarem pela alimentação do escolar e pela educação alimentar na Escola, que se dirijam às Direcções-gerais respectivas e à Direcção-geral do Pessoal (através do Serviço de Formação do Pessoal), todas elas sediadas na Avenida 24 de Julho, em Lisboa, a pedir o material - e deve lá haver muito - directivas, textos, acções de formação, e outros elementos necessários para levarem por diante a transformação da situação alimentar e do ensino da alimentação na Escola portuguesa.

O material produzido pela Campanha é concretamente o seguinte: A Rota dos Alimentos, cartazes sobre alimentos, 20 textos para escolas sobre alimentação, Um Livro sobre Alimentação, Cartilhas de Alimentação, O Lobo da Alimentação, Jogo da Glória acerca de regras alimentares, Manual de Nutrição para Educação Alimentar, Alimentação Saudável em Cantinas e Bufetes Escolares, Cozinha Saudável - 30 Ementas Exemplares. Todo esse material deve estar disponível ou até, eventualmente, haverá material novo, a menos que as aludidas Direcções-gerais tenham deixado de cumprir - por das próprias

ou por falta de directivas do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (com sede no Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Av. do Padre Cruz, 1699 Lisboa Codex) a tarefa que legalmente lhes compete.

Por outro lado, a Direcção Geral de Pessoal do Ministério, na Av. 24 de Julho, Lisboa, dispõe de dois nutricionistas vocacionados para a formação de economos e engenheiros das escolas e valeria a pena averiguar como podem colaborar.

Que a situação alimentar das escolas deve ser melhorada não há dúvida. Também não parece haver dúvidas acerca de como é urgente e necessário que a Escola estabeleça objectivos para a alimentação escolar, defina a atitude e formação do professor, integre a alimentação no plano de estudos, caracterize modos de intervenção na educação alimentar das populações.

Porque deixamos morrer o que já tivemos e não lutamos todos juntos por mais e melhor?

- (1) Chefe de Serviço de Endocrinologia do Hospital de S. João
Encarregado da regência da cadeira de Alimentação Racional
no Curso Superior de Nutrição
Gestor do Curso de Dietética da Escola Técnica dos Serviços de Saúde
de Porto



entregue o Projeto
← 29/XII/83